

AValiação NA ANPED NO PERÍODO 2000 A 2010

Itamar Mendes da Silva¹
imendess1@uol.com.br

Resumo: O presente trabalho objetiva refletir e divulgar resultados de investigação que buscou saber em que medida e condição as produções organizadas em forma de trabalhos e pôsteres disponibilizadas no sítio da ANPED no período de 2000 a 2010 se dedicam a discutir avaliação. Focou-se o espaço ocupado pela avaliação nos GTs em que se organizam as Reuniões Anuais, as temáticas e/ou aspectos mais presentes e as principais origens do debate. Os procedimentos qualitativos de análise dos trabalhos selecionados possibilitaram identificar variados aspectos e conceitos de avaliação, mas nesta primeira organização do debate acerca dos resultados se privilegiou a avaliação educacional e avaliação institucional. Os resultados do estudo indicam que, embora pequena, pois representa menos de 3% do total de trabalhos disponibilizados no sítio da Instituição nos 11 anos cobertos pela investigação, a produção vinculada à avaliação tem como origem principal pesquisas desenvolvidas pelos/as autores/as dos textos. Também foi possível identificar reduzido número de autores/as pouco conhecidos/as produzindo continuamente sobre o tema e maior concentração da produção em poucas instituições do sudeste.

Palavras-chave: avaliação, estudos em avaliação, ANPED.

1. INTRODUÇÃO

A avaliação vem sendo considerada como ação estratégica por vários setores da vida nacional. São avaliações de riscos para investidores internos e externos; da observância de Direitos Humanos; de leis de proteção à Infância e à Juventude, de desempenho escolar de crianças e jovens, de programas e projetos sociais etc (COHEN; FRANCO, 2007). No campo educacional são várias as iniciativas implementadas desde a década de 1990, que ajudaram a criar e difundir no Brasil uma “cultura de avaliação” (MENEGHEL; LAMAR, 2001). Essa preocupação com a avaliação parece vincular-se a um movimento geral pela melhoria da qualidade de produtos e processos de produção com a utilização de menos insumos, diminuição de custos e maximização de lucros.

Avaliar algo consiste efetivamente em, utilizando certos critérios (valores, expectativas etc), dizer o que ele vale, ou seja, constatar e reconhecer seu bom ou mau nível de qualidade. E, avaliar a educação significa ainda manifestar-se acerca de sua adequação, ou não, ao desempenho que dela se poderia esperar. Na educação, o foco deste movimento se concentra mais na avaliação da aprendizagem e competências construídas pelos/as alunos/as, principalmente ao longo dos primeiros anos de escolaridade, na alfabetização (VILLAS BOAS, 2007). O modelo de avaliação implementado se fundamenta na lógica neoliberal tornando-a instrumento de regulamentação e controle do Estado sobre a educação por meio da legislação e da cobrança de sua observância quer no nível municipal, estadual ou federal. O Estado assume, então, para si a responsabilidade

pela avaliação – Estado Avaliador – e publicização dos resultados difundindo a idéia de que assim se aperfeiçoa a democracia, pois oferece ao cidadão condições de escolha na prateleira onde se pode encontrar exposta a educação. Nesse sentido as principais características deste modelo de avaliação a fazem: “quantitativa, competitiva, produtivista, fragmentada, baseada em exames nacionais distanciados da realidade local e seguem as determinações de organismos multilaterais” (RIBEIRO, 2008, p. 1).

A fim de dar consequência às opções de regulamentação e controle com publicização dos resultados a avaliação se torna obrigatória no sistema educacional brasileiro desde os anos 1990 com a introdução do SAEB – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico – e do Prova. A partir de 2004 o Ministério da Educação – MEC – estende a obrigatoriedade à Auto-Avaliação Institucional – AAI – às Instituições de Ensino Superior – IES – públicas e privadas pertencentes ao Sistema Federal com a criação e introdução do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Também redes estaduais e municipais têm criado processos locais e regionais de avaliação e incentivado suas Unidades Escolares a implementarem AAI.

Os dados divulgados pelo Ministério da Educação – MEC –, referentes a PROVA BRASIL e SAEB alcançam extraordinária repercussão na sociedade. Mesmo havendo discussão no meio educacional acerca da (im)possibilidade destes sistemas contribuírem para a real melhoria da qualidade de ensino no país (BAUER; SILVA, 2005). Dados do ENADE que anualmente pretendem indicar a qualidade dos cursos de graduação e as competências dos/as formandos/as (VERHINE; DANTAS; SOARES, 2006) e os divulgados por associações de classe – Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Conselho Federal de Medicina (CFM) – também referentes à qualidade dos cursos de graduação em direito e medicina causam grande repercussão.

As avaliações promovidas pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – se colocam nesse contexto e têm como principal interesse regular o sistema a fim de promover a ampliação do nível e da quantidade da produção de conhecimento realizada em território nacional e os critérios são, em grande parte, os utilizados internacionalmente e/ou assemelhados àqueles (FREITAS, 2005). À discussão colocada subjaz o tema da qualidade ou de sua ausência nas escolas brasileiras de todos os níveis.

A difusão de uma “cultura de avaliação” e a diversificação das práticas avaliativas para além da sala de aula tem produzido reconhecimento de sua importância, mas também lhe imputado importantes responsabilidades no âmbito da qualificação da educação. Porém, toda a importância dada pela sociedade através dos formadores de opinião presentes diariamente na mídia e pelos organismos do Estado parece não encontrar equivalente respaldo nos estudos e pesquisas que envolvem o tema da avaliação, ao menos do ponto de vista quantitativo. Nem iniciativas como a fundação em 2003 da Associação Brasileira de Avaliação – ABAVE – parecem ser indicadores sólidos do interesse mais consistente pelo estudo da avaliação, suas teorias e significados no âmbito da academia.

A idéia de pesquisar sobre a presença da avaliação nas discussões da ANPEd surge da também do fato de que freqüentando as Reuniões Anuais como pesquisador interessado no tema

sempre ter encontrado poucos trabalhos a ele relacionados. Já nos primeiros levantamentos se pode verificar a coerência das impressões, pois dos textos disponibilizados no sítio da Associação na forma de trabalhos e pôsteres aprovados para os Grupos de Trabalho – GTs – entre o ano 2000 (23ª reunião anual) e 2010 (33ª reunião anual) os que tratam da avaliação representam menos de 3% do total.

Uma das possibilidades explicativas desta pouca produção parece ser o fato de que a ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação –, reconhecidamente o mais expressivo fórum de debates da área educacional², que mantém 24 Grupos de Trabalhos, não dedicar nenhum destes espaços a discutir a questão de forma prioritária.

Diante do exposto parece ficar claro que desenvolver estudos e pesquisas sobre o tema da avaliação se torna importante no cenário educacional brasileiro a fim de buscar elementos para entender o caminho percorrido e o atual estágio das produções nacionais no âmbito da ANPEd.

Assim, o presente artigo³ tem como objetivo publicizar e discutir resultados de pesquisa que buscou identificar e refletir sobre o percurso e o atual estágio das produções nacionais em avaliação apresentadas no âmbito dos GTs⁴ da ANPEd entre 2000 e 2010. Trata-se de um estudo longitudinal baseado em documentos envolvendo os materiais disponíveis à consulta pública no sítio da Instituição com foco nos artigos relacionados à avaliação. A pesquisa se desenvolveu até aqui em três fases: a) identificação dos artigos e pôsteres referentes ao tema; b) pesquisa teórica e construção de categorias para analisar as produções; c) análises dos trabalhos e pôsteres identificados. A análise foi organizada tendo em foco os seguintes itens: quantidades anuais e totais de trabalhos, sua distribuição pelos GTs, autores, origem institucional, palavras-chaves, metodologia e referências utilizadas pelos/as autores/as.

O conjunto de material obtido possibilita variadas análises que não são possíveis a um único texto. Nesse sentido o atual artigo pretende apresentar e discutir os dados da pesquisa concluída sob dois aspectos: o espaço ocupado pela avaliação nas Reuniões Anuais e nos GTs com a indicação das temáticas mais presentes; preocupar-se-á também com as principais origens institucionais do debate.

Os aspectos indicados serão tratados divididos em três itens: a quantidade de trabalhos e pôsteres que tratam da avaliação; a origem das pesquisas e as temáticas e propósitos declarados pelos/as autores/as. O texto conta ainda com introdução, onde se apresenta sucintamente a temática e a Associação objeto do estudo, considerações finais e referências.

2. A Avaliação nos Grupos de Trabalho da ANPEd

Apesar de pequena a produção encontrada é expressivamente oriunda de pesquisa, diferentemente do que havia sido constatado em outros estudos como os de Souza (1995, 1996), Candau e Oswald (1995) e Vianna (1992) que mapearam a área até o final dos anos 1980, conforme aponta Barreto et al (2001) em trabalho que, focando os mais importantes periódicos da área, constrói quadro de tipo “estado da arte” até 1998 e as conclusões acerca da área não muda significativamente em relação aos trabalhos anteriores.

As análises dos trabalhos e pôsteres habilitados para as reuniões anuais, no período de 2000 a 2010 mostraram de forma expressiva que o tema avaliação ainda não dispõe de uma maior atenção deste fórum. Os dados apresentados a seguir mostram a quantidade anual de trabalhos aprovados e é eloqüente na explicitação dos espaços reservados à avaliação nas pesquisas que utilizam as Reuniões Anuais para serem apresentadas à comunidade acadêmica

Reunião / Ano	Trabalhos	Pôster	Total	Selecionados	Referentes
23a – 2000	263	75	338	42	15
24a – 2001	262	85	347	20	12
25a – 2002	195	71	266	12	11
26a – 2003	271	65	336	14	14
27a – 2004	304	69	373	13	11
28a – 2005	446	114	560	07	04
29a – 2006	333	64	397	05	05
30a – 2007	379	79	458	14	11
31a – 2008	347	78	425	11	10
32 ^a – 2009	308	58	366	14	09
33 ^a – 2010	346	50	396	15	11
Total	3454	808	4262	167	113

Observando a tabela nota-se a existência de 4262 trabalhos e pôsteres publicados nos Anais da Anped nesse período de 11 anos, sendo 3454 trabalhos e 808 pôsteres. Em acordo com o critério definido, 167 trabalhos e pôsteres foram selecionados, sendo que 113 destes se confirmaram como referentes ao tema da pesquisa – 91 trabalhos e 22 pôsteres. A identificação destes considerou se os títulos possuíam palavras referindo-se diretamente à avaliação ou utilizavam termos que pudessem indicar relação com o tema: análise, estudos comparativos, verificação, mapeamento, impacto, percurso e/ou nomes de programas de avaliação. Após a 29^a Reunião Anual se pode ater também a presença de palavras-chave relacionadas e aos resumos para o primeiro levantamento e confirmação da temática da avaliação presente no texto. Lembre-se que nos primeiros anos cobertos pela pesquisa (2000 a 2005) não eram exigidos resumos e palavras-chave o que obrigou à leitura integral dos artigos deste período cujos títulos indicavam possibilidade de focar a temática. Selecionados os artigos que tratavam do tema foram organizados em tabelas, com as informações necessárias à pesquisa.

Dentre os textos selecionados foi necessário indicar o GT de procedência de cada um, pois não existe espaço onde a pauta principal seja a avaliação, o que proporciona, em muitas vezes, que esta seja um tema secundário ou terciário no artigo, inclusive por indicação de palavras-chave.

Considerando o interesse social centrado na avaliação dos resultados da aprendizagem e que o ato de avaliar traz consigo valores e significados que servem a determinadas ideologias, revestidas de interesses situados em meio a disputas de poder (DIAS SOBRINHO, 2003), é possível encontrar soluções explicativas a produção sobre a avaliação aparecer centrada nos

GTs 4, 5, 11 e 13 que se dedicam a discutir Didática, Estado e Política Educacional, Política de Educação Superior e Educação Fundamental, respectivamente.

Se considerarmos que a avaliação assume nos últimos anos papel preponderante nas definições de políticas públicas (BELLONI; MAGALHÃES; SOUSA, 2007) será possível construir hipóteses sobre sua presença nos debates do GT 05 (Estado e Política Educacional). Também se aplica o raciocínio ao GT 11 (Educação Superior) que tem sido levado a analisar, discutir, criticar e contrapor políticas de avaliação institucional e de larga escala a que o setor está obrigado.

Quanto aos GTs de Didática e Ensino Fundamental pode-se depreender o entendimento da avaliação como parte constitutiva do processo didático e o foco na aprendizagem por um lado e a discussão das avaliações em larga escala que tem no Ensino Fundamental seu principal foco por outro lado.

Diante do exposto também parece razoável tecer conjecturas acerca dos motivos que levaram pesquisadores/as, boa parte destes/as vinculados/as a GTs da ANPEd, a criar a ABAVE e não um GT no âmbito da Instituição ou criar as duas coisas. Importante destacar que várias áreas que congregam pesquisadores/as em GTs também possuem associações específicas.

As reuniões em que se computou maior quantidade de trabalhos e pôsteres foram a 23ª do ano 2000, a 24ª do ano 2001 e a 26ª do ano 2003, respectivamente com 15, 12 e 14 trabalhos e pôsteres. Sendo que em 2000 eram 11 assim como em 2001 e em 2004 eram 10 trabalhos. Nesse período ainda, destacam-se os anos das reuniões de 2005 e 2006 onde se apresentaram as menores quantidades de trabalhos ligados ao tema, chegando a ser apenas 04 e 05 respectivamente e nenhum pôster. Talvez se possa afirmar que essa maior produção na virada do milênio seja reflexo da chegada ao debate na ANPEd de pesquisas feitas a partir dos impactos do SAEB e do PROVÃO no início e em meados da década de 1990, respectivamente.

Nos três últimos anos cobertos pela pesquisa, a produção fica em 11, 10, 9 e 11 trabalhos e pôsteres, o que faz constatar: no âmbito da ANPEd há uma pequena, mas constante parcela da comunidade científica trabalhando em pesquisas e estudos sobre avaliação. Porém, é notável que a produção é baixa, menos de 3% do total.

Dado ao histórico de sua difusão na sociedade se poderia supor que a academia entende que o tema já esteja suficientemente esquadrinhado e esgotado, mas parece que a repercussão social da avaliação dada por recentes fatos ligados ao ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio – 2010, ao exame da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil – 2010 e pela ação de grupos de estudantes que boicotam o ENADE e mesmo à divulgação dos números do PISA 2009 indicam não ser o caso, a avaliação continua na ordem do dia. Também se poderia supor que dada às exigências e critérios da avaliação promovida pela CAPES os principais trabalhos têm sido publicado no formato de artigos em periódicos, porém contabilizamos apenas duas revistas especializadas em discutir especificamente o tema, sendo uma a RAIES – Revista da Rede de Avaliação do Ensino –, dedicada à educação superior e outra, a Estudos em Avaliação Educacional, com publicação maior de artigos referentes à Educação Básica. Os livros novos

(não re-edições) publicados exclusivamente sobre avaliação educacional nos últimos cinco anos também não são expressivos.

Origem das Pesquisas

Estudos⁵ caracterizados como “estado da arte” comumente afirmam que a produção teórica brasileira sobre avaliação durante certo tempo consistiu em traduções de obras produzidas no exterior, principalmente nos Estados Unidos e divulgação de idéias de autores estrangeiros como: Tyler, Stufflebeam, Scriven, Parlet & Hamilton, Stake, House, MacDonald, Eisner, Fetterman entre outros. Também autores como Bloom, Patton, Worthen, Sanders, Fitzpatrick, entre outros, influenciaram a produção nacional. Mais recentemente autores europeus como Sacristán, Hadji, Perrenoud, Afonso, Fernandes passam a habitar nosso cenário educacional.

A principal produção nacional esteve nestes anos a cargo de autores vinculados, principalmente, a instituições de pesquisa independentes como a Fundação Carlos Chagas e Fundação Cesgranrio. A primeira edita a Revista Estudos de Avaliação desde 1990 e a segunda a Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação e mantém, a partir de 2007, um curso de mestrado profissionalizante na área de avaliação.

É claro que as universidades montaram seus grupos de pesquisas e contribuíram com a produção nacional, mas são os periódicos destas duas instituições que mais publicaram ao longo do período pesquisado. Às universidades estão ou estiveram vinculados pesquisadores como Ana Maria Saul, Mere Abramowicz, Isabel Capeletti, Sandra Zákia Souza, Clarilza Prado Sousa, Bernardete Gatti, Maria Laura Franco, Luiz Carlos de Freitas, Nilton César Balzan, Mara de Sordi, Menga Lüdke, José Dias Sobrinho, Dilvo Ristoff, Isaura Belloni, Benigna Villas Boas, José Francisco Soares, Ângela de Freitas Dalben, entre outros.

No âmbito das universidades temos nas PUCs de São Paulo, Campinas e Rio, nas estaduais UNICAMP, USP, UERJ, nas federais UFMG, UFSC e UNB o maior desenvolvimento de pesquisas vinculadas ao tema. É necessário informar que há pesquisadores/as destas universidades que acumulam atividades nas fundações: Cesgranrio e Carlos Chagas. A UNICAMP sediou a publicação da RAIES durante muito tempo, mas atualmente a revista encontra-se sediada numa universidade comunitária, a Universidade de Sorocaba – UNISO – para onde se transferiu se editor.

Como se pode ver a Região Sudeste detém o maior número de universidades e centros de pesquisas que focam o tema. Se poderá constatar na tabela a seguir que também na ANPED isto se verifica e a região possui a maior produção, com 64 trabalhos. Destacam-se os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

No quadro de distribuição da produção vem em seguida a Região Centro-Oeste com 17 trabalhos e depois a Região Sul com um total de 16 trabalhos. Em seguida aparecem as regiões Norte e Nordeste com 04 trabalhos cada uma.

A Região Sudeste é, com base nos trabalhos analisados, a região que tem maior número de instituições onde se desenvolvem pesquisas envolvendo a avaliação com 22, em seguida

temos a Região Sul com 11 instituições listadas. O número maior de produções oriundas da Região Sudeste também pode ser atribuído à existência de centros de pesquisa de renome como as fundações Carlos Chagas e Cesgranrio. Foi aí também que a Avaliação Institucional no ensino superior público ganhou maior destaque desde a década de 1990 (DIAS SOBRINHO, 2003). Ou seja, o poder e a riqueza regional do sudeste parecem fazer concentrar maior número de instituições, pesquisadores/as e, conseqüentemente, ampliar a produção de conhecimento: um persistente círculo vicioso.

As instituições de origem dos trabalhos e pôsteres podem ser visualizadas no quadro a seguir:

Origem dos Trabalhos e Pôsteres	
Instituição	Qntd
Região Norte	
ANAMA – Universidade da Amazônia	1
UFPA - Universidade Federal do Pará	3
Região Nordeste	
UFBA – Universidade Federal da Bahia	1
UFC – Universidade Federal do Ceará	1
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco	1
UFS - Universidade Federal de Sergipe	1
Região Centro-oeste	
PUC- Minas	2
UnB – Universidade de Brasília	3
UCDB – Universidade Católica Dom Bosco	1
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados	4
UFG – Universidade Federal de Goiás	2
UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso	1
Unileste – MG	1
UníTri – Centro Universitário do Triângulo	3
Região Sudeste	
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais	6
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ	1
CUML - Cento Universitário Moura Lacerda	1
FCC - Fundação Carlos Chagas	1
PUC – CAMPINAS	5
PUC – RIO	2
PUC – SP	4

UNIABEU – Universidade Associação Brasileira de Ensino Universitário	1
UCP – Universidade Católica de Petrópolis	1
UNESA – Universidade Estácio de Sá	3
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas	3
UNESP – Universidade Estadual Paulista	4
UERJ – Universidade Estadual do RJ	7
USP – Universidade de São Paulo	8
UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos	1
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo	3
UFF – Universidade Federal Fluminense	6
UFRJ – Universidade Federal do RJ	2
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	1
UMESP – Universidade Metodista de São Paulo	1
UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba	1
UNISANTOS	1
Região Sul	
ISEPE - Instituto Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão.	1
PUC- RS	1
UNERJ – Centro Universitário de Jaraguá do Sul	1
UEL – Universidade Estadual de Londrina	3
UEM – Universidade Estadual de Maringá	1
UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa	1
UFPR – Universidade Federal do Paraná	1
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina	3
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria	1
UNISINOS - Universidade Federal do Vale do Rio dos Sinos	2

Outro aspecto possível à análise diz respeito aos pesquisadores interessados no tema. Antes de mostrar esses dados, é importante salientar que cada trabalho teve apenas seu primeiro autor considerado. A análise da relação de autores e quantidade de trabalhos durante o período pesquisado indica uma relação de 82 pessoas pesquisando e escrevendo sobre avaliação.

Os autores que mais escreveram sobre o tema produziram 03 trabalhos: Maria Teresa ESTEBAN, Anamérica Prado MARCONDES, José Carlos ROTHEN, vinculados a UFF, PUC-SP e UNITRI respectivamente. Destas instituições as duas primeiras têm conseguido manter certa constância e variação de pesquisadores produzindo, o que não parece ser o caso da UNITRI, que se destacou a partir da obra e do interesse de um único e produtivo pesquisador e

enquanto este lá esteve. O Professor em questão atualmente se encontra na UFSCAR e continua produzindo sobre o tema.

Os outros 05 autores que escreveram dois trabalhos sobre o tema que também merecem destaque são: Dirce Nei Teixeira de FREITAS, (USP); Suzana dos Santos GOMES (UFMG); Chelsea Maria de Campos MARTINS (UNESP); Márcia Ambrósio Rodrigues REZENDE (UFMG) e Stella Cecília Duarte SEGEMREICH (UCP). Frente a esses dados se depreende que a maioria dos textos pertencem a autores pouco experientes no tema apresentando resultados de suas pesquisas de Mestrado ou Doutorado.

Quanto aos/às autores/as das pesquisas se pode constatar que aquele grupo de pesquisadores mais reconhecidos por tratarem do tema da avaliação não aparecem citados na lista dos que nestes últimos 11 anos desenvolveram pesquisas colocadas à discussão na Anped. Pode-se supor que estejam publicando em outros lugares como periódicos e livros, mesmo que não em periódicos especializados.

Por fim, parece importante destacar o fato que as instituições que aparecem com maior número de publicações são públicas em sua maioria: USP com 08 trabalhos, UERJ com 07 trabalhos e UFF com 06 trabalhos e em seguida se têm a PUC-Campinas e UFMG com 05 trabalhos cada uma. Tal constatação parece indicar principalmente o interesse destas em relação à avaliação institucional que vem sendo implantada em várias IES – Instituições de Ensino Superior – desde a proposta do PAIUB e, mais recentemente, a partir do SINAES. O caso da única instituição não pública, PUC-Campinas, supõe-se encontrar justificção na existência desde 1998 de grupo de pesquisa voltado ao tema que congregou pesquisadores em torno da liderança do Prof. Newton Balzan e se ocupou durante anos da avaliação institucional.

Verifica-se atualmente um clima de debate entre governo, instituições e sociedade em torno da avaliação, que passa a ser fundamental nas discussões do meio acadêmico, porém estas ainda não encontram representação para se materializarem em pesquisas propostas à análise e ao debate no âmbito da principal associação da educação nacional.

Mas e as pesquisas realizadas e apresentadas nas reuniões anuais da ANPEd indicam que objetivos? Talvez estes possam ajudar a entender o porquê da escassez de estudos enfocando o tema.

Temáticas e Propósitos das Pesquisas

A identificação dos objetivos dos trabalhos foi obtida não apenas do anúncio feito pelo/a autor/a, mas do cruzamento destes com as palavras-chaves indicadas no texto. Tal cruzamento se fez em virtude que as palavras-chaves são consideradas representativas do conteúdo do trabalho, isto é, são termos ligados central e diretamente ao tema ou problemática discutida e podem ajudar a indicar intenções do/a autor/a.

É importante lembrar que os trabalhos dos primeiros anos estudados não tinham indicadas as palavras-chave, pois não era requisito. Esses artigos foram submetidos à leitura e as receberam pelo critério de foco principal e correlato. Além disso, chama-se atenção para a

ordem das palavras-chave e quantidade, pois revelam o que é considerado central e prioritário pelo/a autor/a como tema de estudo. Cada trabalho teve basicamente três palavras-chave, mas existem trabalhos com mais e com menos também, por isso seu o número total não é exatamente a quantidade de trabalhos dividida por três.

Nas produções analisadas chama atenção a significativa variação de palavras-chave que podem indicar as opções teóricas de autores/as, mas também a tentativa de produzir teoria cunhando termos que pretendem marcar a área. Tal situação parece por um lado esclarecer que a temática merece ainda investimentos em seu desenvolvimento e por outro lado expressar a profusão de denominações também encontrada na literatura: Quantitativa, Somativa, Qualitativa, Formativa, Formadora, Mediadora, Diagnóstica, Dialógica, Emancipatória etc.

Assim, pode-se encontrar 62 indicações em que o termo *avaliação* aparece associado a alguma outra designação e em 22 vezes aparece sozinha, o que dá um total de 84. Para os propósitos deste texto destacam-se aquelas designações de avaliação que pareceram focar a avaliação em si, mesmo que aplicada a um objeto em específico: *assistida, cognitiva, educacional, externa, em larga escala, formativa, institucional, interna, processual, de aprendizagem, da aprendizagem on-line, de ensino, de ensino-aprendizagem, de monitoramento, de política, de políticas públicas, do ensino superior, universitária, na sala de aula e na licenciatura*.

De todas essas expressões que explicitam um tipo específico de avaliação, duas se destacam: *avaliação institucional* com 19 referências e *avaliação de aprendizagem* com 17 referências. Outras palavras também mencionadas são *educação superior e PAIUB* com 14 e 07 referências respectivamente. Assim, pode-se afirmar que as maiores preocupações das pesquisas são sobre a avaliação da aprendizagem e institucional, esta segunda voltada ao Ensino Superior, fato que pode ser justificado pela própria natureza da ANPEd e pelos lugares de origens dos/as pesquisadores/as que habitam seus fóruns. Pode-se concluir ainda, por hipótese, que o tema 'avaliação institucional' no ensino superior preocupou antes os pesquisadores, em virtude dos contornos da avaliação da pós-graduação empreendida pela CAPES e posteriormente da avaliação das universidades como um todo dentro do SINAES.

Por fim, mas não menos importante, é necessário fazer referência a outras palavras que constituíram a pesquisa nesse tópico, mesmo por que são maioria e, segundo se pode supor, expressam também em diferentes vocábulos aplicações da avaliação, como por exemplo: *auto-reflexão dos alunos, cotas para negros, CAPES, dispositivos pedagógicos, construção do aluno, desempenho escolar, ensinagem, formação de professores, gênero na escola, jornal em sala de aula, portfólios, processo dialógico, políticas públicas, progressão continuada, reforma educacional, saber docente, etc.*

A utilização desta variação de termos pode levar a supor situação mais desfavorável ainda à reflexão em torno do tema, pois mesmo na pequena quantidade de trabalhos (113 em 4262) sobre avaliação, esta não aparece sempre como o objeto principal de estudo. Talvez o fato de avaliação integrar o processo educacional possa explicar a dispersão na hora dos/as pesquisadores/as definirem os focos principais de seus trabalhos. E, por conta disso acabe

aparecendo em pesquisas que não é o tema principal e sim coadjuvante, inclusive levando a palavra *avaliação* a aparecer como secundária e/ou terciária na ordem das palavras-chave.

As principais menções utilizadas pelos/as autores/as dos trabalhos reafirmam dois aspectos: aprendizagem e institucional. Sendo que ao longo do período coberto pelo estudo o aspecto institucional passa a ter maior destaque e apresentado teórica e politicamente em duas vertentes, a externa e a interna.

Apesar de não ser compromisso neste artigo discutir os fundamentos teóricos encontrados nos trabalhos – se pretende fazer isto oportunamente – e de as referências não variarem muito parece importante chamar atenção para uma linha teórica expressa numa tese que vem ganhando força e se repetindo em linhas gerais nas análises realizadas mais recentemente. Esta faz opção pela pesquisa qualitativa, assume a inclusão da avaliação no âmbito político e social e passa a incorporar a *negociação* como conceito. Parece atender as manifestas ambições de democratização das instituições educacionais em todos os níveis e de melhoria dos processos educativos ocorridos no interior destas: é o tema da qualidade.

Neste sentido parece importante destacar a afirmação de Ribeiro (2001) que a avaliação institucional é ainda um instrumento de desenvolvimento humano, já que só se consegue considerar o desenvolvimento institucional através do desenvolvimento humano, há assim, “[...] o reconhecimento de que a avaliação tem interesse público, e não meramente privado. Além de questões técnicas, há também éticas e políticas.” (DIAS SOBRINHO, 2003, p.28).

A avaliação, deste modo, fundamenta-se em um amplo e complexo processo, se transforma em instrumento fundamental para que a educação possa contribuir não apenas com o desenvolvimento do aluno, do professor, da escola, mas com a melhoria da qualidade do ensino e com a formação dos alunos, os quais poderão contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, humana e igualitária.

3. Considerações Finais

Ao terminar este artigo é importante repisar o terreno indicando a participação da avaliação nas disputas em torno da educação e de seus encaminhamentos que se pode presenciar atualmente. Mais recentemente a avaliação vem sendo considerada como ação estratégica por diferentes setores e, em especial, a educação. Como exemplo pode-se citar a aplicação de exames gerais, para fins de regulação e controle, com base nos conceitos de avaliação como medida, classificação e seleção ou como criação de possibilidades de emancipação, melhoria, formação e produção de sentidos, por meio do desenvolvimento participativo de avaliações formativas e éticas. No meio destas disputas encontram-se várias iniciativas (SAEB, ENEM, ENADE) que têm ajudado a difundir no Brasil uma “cultura da avaliação”.

O presente trabalho exploratório apresenta os resultados como primeiro esforço de mapear e indicar perspectivas utilizadas para se olhar a avaliação nas Reuniões Anuais da ANPEd no período entre 2000 e 2010. Esta análise inicial precisa ser aprofundada quanto aos aspectos conceituais e metodológicos a fim de produzir um quadro do tipo “estado da arte”

acerca da temática no âmbito da ANPEd. É importante ressaltar que várias são as reflexões suscitadas por esta investigação e que ainda há muito que se desvendar, dada à pertinência da temática e sua importância para o campo educacional.

É fundamental indicar que mesmo não sendo o local mais privilegiado para o debate sobre avaliação pelos/as autores/as mais conhecidos/as a enorme expressividade do maior encontro nacional na área de educação tem servido para veiculação e debate de novos conceitos como “avaliação emancipatória” (SAUL, 1988) forjados/construídos por pesquisadores/as brasileiros/as e de novos instrumentos/meios de avaliação como portfólio e Internet.

Por fim, espera-se que esta primeira aproximação com os dados da pesquisa possam suscitar outras reflexões e incitar a comunidade acadêmica a pautar o tema para o debate mais amido, pois os dados são impactantes. E, como afirmou Paulo Freire, “a educação precisa da avaliação como o peixe precisa de água limpa”.

4. REFERÊNCIAS

- BAUER, A.; SILVA, V.G. Saeb e Qualidade de Ensino: algumas Questões. **In Estudos em Avaliação Educacional**, v. 16, n. 31, jan./jun. 2005.
- BARRETO, E. S. S.; PINTO, R.P.; MARTINS, A.M.; DURAN, M.C.G. Avaliação na Educação Básica nos Anos 90 Segundo os Periódicos Acadêmicos. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, npo. 4ve9m-8b8r,o n/o2v0e0m1bro/ 2001.
- BELLONI, I.; MAGALHÃES, H.; SOUSA, L.C. **Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas**, 4ª edição, São Paulo, Cortez, 2007. (Col. Questões da Nossa Época)
- COHEN, E. ; FRANCO, R. **Avaliação de Projetos Sociais**, 7ª ed., Petrópolis, Vozes,2007.
- DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação – políticas educacionais e reformas na Educação Superior**. São Paulo, Cortez, 2003.
- FREITAS, L.C. (Org) **Avaliação de Escolas e Universidades**, Campinas, Komedi, 2005.
- MENEGHEL, S.M.; LAMAR, A.R. Avaliação como Construção Social – reflexões sobre as políticas de Avaliação da Educação no Brasil. **In Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior - RAIES – V.06 – nº 04 (22) dez. 2001**, p. 17 a 26.
- RIBEIRO, Célia Maria. **Avaliação institucional: uma questão de desenvolvimento humano**. In: ENCONTRO GOIANO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, 4. Goiânia, 14 a 16 de junho de 2001.
- RIBEIRO, Maria Edilene da Silva. **Políticas de avaliação institucional da educação superior: o caso da UFPA**. ANPED - GT-11: Política da Educação Superior, 2008. disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/trabalho11.htm>
- SAUL, A.M. **Avaliação Emancipatória: desafia à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo**, São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1988.
- TYLER, R.W. **Princípios Básicos de Currículo e Ensino**, Porto Alegre, Globo, 1974.
- VERHINE, R.E.; DANTAS, L.M.V.; SOARES, J.F., Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro **In Revista Ensaio:**

avaliação, políticas públicas e Educacionais, Rio de Janeiro, v.14, n.52, p. 291-310, jul./set. 2006

VILLAS BOAS, B. Avaliação no Bloco Inicial de Alfabetização no Distrito Federal In: **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 18, n. 36, jan./abr. 2007.

WORTEN, B.R.; SANDERS, J.R.; FITZPATRICK, J.L. **Avaliação de Programas – Concepções e Práticas**, São Paulo, Edusp – Gente, 2004.

(Endnotes)

- 1 Professor Efetivo do Departamento de Teorias e Práticas Educacionais do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo.
- 2 Criada em 1976 a sociedade civil sem fins lucrativos congrega hoje sócios institucionais, ou seja, Programas de Pós-Graduação em Educação e sócios individuais – os professores/as, pesquisadores/as e estudantes de pós-graduação. A Instituição é considerada como importante interlocutora das questões ligadas à educação e à pesquisa no Brasil por organismos governamentais e acadêmicos, pode-se dizer que não há discussão importante referente à educação que não passe por suas Reuniões Anuais.
- 3 A pesquisa contou com a participação de Flavia Soave Frezza como bolsista PIBIC – CNPQ no âmbito do Grupo de Pesquisa Qualidade de Ensino da PUC-Campinas então liderado pelo autor.
- 4 **GT 2** - História da Educação, **GT 3** - Movimentos Sociais e Educação, **GT 4** - Didática, **GT 5** - Estado e Política Educacional, **GT 6** - Educação Popular, **GT 7** - Educação da Criança de 0 a 6 anos, **GT 8** - Formação de Professores, **GT 9** - Trabalho e Educação, **GT 10** - Alfabetização, Leitura e Escrita, **GT 11** - Política de Educação Superior, **GT 12** - Currículo, **GT 13** - Educação Fundamental, **GT 14** - Sociologia da Educação, **GT 15** - Educação Especial, **GT 16** - Educação e Comunicação, **GT 17** - Filosofia da Educação, **GT 18** - Educação de Pessoas Jovens e Adultas, **GT 19** - Educação Matemática, **GT 20** - Psicologia da Educação, **GT 21** - Afro-Brasileiros e Educação, **GT 22** - Educação Ambiental, **GT 23** - Gênero, Sexualidade e Educação, **GT 24** – Arte e Educação.
- 5 Além de SAUL 1988, também os já indicados neste artigo.